



Boletim INFORMATIVO

12 de fevereiro de 2010.

Após apoiar repactuação, fup volta atrás e quer pagamento dos níveis

Na quarta-feira, dia 03/02, a fup realizou uma manifestação que ficará marcada não como um ato de luta, mas como um exemplo concreto da posição oportunista que a entidade vem tomando em relação aos direitos da categoria.

Cabe ressaltar que o Sindipetro do RJ, ligado a FNP participou do ato e em suas falas denunciou a atitude de traição da fup nos acordos coletivos. Antes contrária à cobrança judicial do pagamento dos níveis para os petroleiros, agora a fup dá sinal verde àqueles que pretendem entrar na Justiça do Trabalho e organiza um ato para apoiar os aposentados a resgatarem esses benefícios, perdidos por causa da repactuação.

Que a fup desempenha um papel conchavista com a Empresa todos sabem, mas agora ela foi ainda mais ousada, pois mudou descaradamente o seu discurso e ainda mente. Em boletim, afirmou que as direções sindicais se posicionaram contra este tipo de proposta da Empresa. Pelo contrário, indicaram aceitação, assim como as direções sindicais ligadas a fup continuam indicando aceitação de acordos discriminatórios nos ACTs.

Exemplo disso, ao invés de níveis, a empresa propõe abono e a fup indica aceitação. Isto não é a atual direção do Sindipetro que está falando. Basta

ver os boletins da época onde está exposto o posicionamento da fup.

Na época em que os sindicatos e entidades de aposentados deram início às ações em favor dos trabalhadores não repactuados, a fup mostrou-se contrária e afirmou que esses recursos prejudicariam o patrimônio da Petros. Uma tentativa frustrada de justificar o apoio à repactuação, este argumento não passa de retórica e agora foi substituído por uma manifestação que escancara uma política entreguista e contraditória.

Enganados pelas mentiras descaradas da fup e seduzidos pelos R\$ 15 mil oferecidos pela Petros para aderirem ao plano, os petroleiros repactuados ficaram no prejuízo, já que suas aposentadorias deixaram de ser vinculadas ao da ativa.

A verdade é uma só: a fup adotou essa nova postura por pura conveniência. Afinal, todas as ações dos sindicatos filiados à Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) e de entidades ligadas aos aposentados estão sendo objeto de vitória da categoria.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) deram orientação jurisprudencial favorável aos recursos enviados aos fóruns trabalhistas. Ou seja, por mais que a Petrobrás tente alongar os

processos encaminhados à Justiça, as ações serão sempre julgadas procedentes. Por isso, a Petros e a Petrobrás tentaram impedir que o TST julgasse as ações, limitando-as ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Entretanto, o juiz do STF, que apreciou o recurso da Empresa, negou procedência por entender que não há grande repercussão sobre esse caso. Entre os anos de 1994 e 1997, a Petrobrás concedeu determinadas porcentagens de níveis à ativa como forma de abono nas negociações de Acordo Coletivo de Trabalho. Porém, esses valores não foram repassados aos aposentados apesar de terem garantia da Petros de no mínimo 90% de tudo que recebe a ativa. Assim, foi dada a entrada de uma ação para o repasse dos níveis desses anos, que já está ganha na primeira instância.

O Sindicato está atento às manobras da fup e não permitirá que ela pegue carona numa reivindicação que abandonou há muito tempo, quando decidiu se aliar à Petrobrás e ao Governo Federal.

Queremos deixar bem claro que, ao contrário da fup, não renunciaremos direitos conquistados após anos de luta. Os petroleiros merecem uma entidade que, de fato, represente a categoria!

Com informações Sindipetro-LP

TRANSPETRO

Assessoria da presidência recebe diretores do Sindipetro-RS

Ainda no início de 2010, durante o período de folga, os diretores do Sindipetro-RS não descansaram e cumpriram agenda com o assessoria da Presidência da Transpetro. O encontro aconteceu no dia 07 de janeiro e tinha como pauta principal os problemas enfrentados nos locais de trabalho, nos terminais da Transpetro no Rio Grande do Sul.

Poucos dias depois, no dia 13 de janeiro, os diretores Alexandre Duquia e Estevão Fontoura Ribeiro e o presidente do Sindipetro-RS, Édson Flores, estiveram reunidos com a Gerência do Terminal e com o RH Transpetro/Sul. Novamente, os mesmos pontos da pauta foram reivindicados, sendo que as respostas institucionais continuam sendo aguardadas.

Efetivo:

- A coordenação de operação do sistema OLEOSUL está sem operador. A falta de profissional no quadro funcional para liberação de PT no sistema Oleoduto Sul gera graves problemas de segurança.
- É necessária a recomposição do efetivo próprio nas áreas de manutenção e laboratório.
- Há o problema de extra-jornada (jornadas superiores a 16 horas) na função de Capitão de Manobra e nas funções técnicas, que são fundamentais na operação de navio, mas acabam excedendo as 16 horas de trabalho e não são marítimas.

Transporte:

- Foi abordado o problema de transporte dos operadores do Terminal de Rio Grande. Os trabalhadores necessitam de condução entre Rio Grande e suas residências na cidade de Pelotas. Esta reivindicação é antiga, mas houve avanços. O transporte busca e leva os trabalhadores até a entrada da cidade de Pelotas, porém é necessário que o transporte chegue até a residência do operador.
- Também se tratou o problema da variação do tempo nos transportes dos trabalhadores do TENIT. Há casos onde o tempo sofre variações em trajetos muito grandes, o que resulta na necessidade de o trabalhador acordar cedo demais e, em diversas situações, esperar muito.
- Extensão do transporte em casos específicos.

AMS e Plano Petros:

- Há a necessidade do credenciamento de médicos e o aumento dos valores pagos. A falta de médicos credenciados na cidade de Rio Grande tem levado muitos trabalhadores a se deslocarem até o município de Pelotas, o que envolve somas de custos.
- Também reivindicamos o direito da AMS para fins de aposentadoria e invalidez aos funcionários da Transpetro.
- Foi diagnosticada a necessidade de ter funcionários que respondam pela AMS nos terminais da Transpetro.
- Os problemas burocráticos sobre o recadastramento dos beneficiários da AMS também foram expostos. Pessoas com direito à carteirinha da AMS não estão conseguindo promover o recadastramento.
- A perspectiva de abertura do Plano Petros aos trabalhadores da Transpetro.

Outros pontos:

- Adequação do procedimento no fornecimento das Minidiárias.
- Solicitação de Lanternas apropriadas para os seguranças do TENIT.
- Podas de algumas árvores específicas no TENIT para facilitar a visualização.
- Solicitação de enfermeiro e médico do trabalho para o TENIT.
- Problemas nas condições de trabalho e o não cumprimento do Acordo Coletivo por parte da empresa WGS.
- Critérios de avaliação utilizados no aumento por mérito, onde muitos atingem as metas, mas poucos recebem.

Assessor da Presidência da Transpetro

Alexandre Jaiczak de Almeida

Ao receber e conversar com os diretores do Sindipetro-RS, o assessor da presidência da Transpetro declarou algumas informações acerca das reivindicações, encaminhadas pelos diretores e pelo presidente do Sindicato dos Petroleiros.

Sobre o efetivo de trabalhadores, Alexandre Jaiczak de Almeida disse já estar aprovado em reunião de diretoria a contratação de 517 profissionais nas áreas de manutenção e operação. Segundo o assessor, a busca é por um processo de primeirização.

Quanto à abertura do plano Petros II aos trabalhadores da Transpetro, Almeida declarou que a abertura já foi aprovada em diretoria e presidência, porém existe a dificuldade de trâmites burocráticos do Sistema de Previdência Complementar e aspectos jurídicos, em um processo que pode demorar mais de seis meses.

Referente à AMS, existe a concordância dos problemas dos valores pagos aos médicos, do descredenciamento de vários profissionais e a necessi-

dade de credenciamento de novos clínicos, porém, conforme Almeida, a gestão da AMS é uma questão corporativa da Petrobrás.

As demais solicitações e os outros problemas apontados pelo Sindicato foram registrados pelo assessor da presidência da Transpetro que garantiu retorno em um breve futuro. Para os diretores do Sindipetro-RS presentes nas reuniões, existem outras demandas que não puderam ser abordadas por falta de tempo, mas que serão debatidas nos futuros encontros.

Situação dos Operadores da Rnest

No dia 04 de fevereiro, a FNP esteve reunida com o diretor do abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, para tratar da situação dos operadores da Refinaria Abreu e Lima. Os trabalhadores estão em treinamento na REFAP e da RPBC (Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão/SP). Os sindicatos questionaram sobre a situação do andamento das obras na refinaria Abreu e Lima e a existência de alguma previsão para o retorno destes operadores a

Pernambuco.

Em resposta, Paulo Roberto Costa expôs que a previsão inicial de operação da Refinaria Abreu e Lima era para o segundo semestre de 2010, porém vários processos de licitação tiveram de ser refeitos, assim não era possível estabelecer um prazo de retorno dos operadores em treinamento no Rio Grande do Sul e em São Paulo. A situação atual da obra é da montagem das Casas de Força. Por parte dos sindicatos, exigiu-se que se

estabeleça imediatamente a extensão dos mesmos direitos de petroleiros a estes trabalhadores, como o direito a transporte de turno, programa de condicionamento físico e os direitos como trabalhadores transferidos dentro do sistema (passagem, auxílio moradia), assim como foi apontada a necessidade de uma resposta institucional da Empresa.

Também solicitamos a indicação de um

responsável por parte da Petrobrás por estes petroleiros para que se acelerem as soluções dos pontos reivindicados aos trabalhadores (evitando a confusão nos trâmites burocráticos entre RHs).

Os sindicatos da FNP solicitaram uma discussão nacional sobre efetivo e número mínimo nas áreas operacionais com o diretor do abastecimento e que a Empresa apresente os estudos até então existentes.

REFAP

Sindipetro-RS se reúne com Roberto Nagao

O diretor-presidente da Refap, Roberto Nagao, e a gerente de recursos humanos, Amara Martins Ramos, receberam no último dia 05 de fevereiro o presidente do Sindipetro-RS, Édson Flores. Foram discutidas algumas pautas como a permanência dos trabalhadores da Rnest, efetivo e transporte.

Número mínimo, efetivo e transporte

O presidente do Sindipetro-RS questionou a questão de redução do número mínimo do Parque de GLP. Na prática, vem se deixando uma área de extrema segurança com somente um operador. Um segundo operador também está se deslocando da área para cobrir operacionalmente o ETDI. Tal situação pode resultar em responsabilidade criminal.

Conforme o presidente do Sindipetro, a questão do número mínimo, seja nas áreas operacionais como nos painéis de contro-

le, tem que ser respeitada pelos gerentes e supervisores do setor e não pode ser alterada por medidas administrativas. Não queremos caminhar para a questão de responsabilidade criminal.

Foi solicitada uma reunião futura com o diretor-presidente da Refap e com o diretor industrial para discutir acerca do efetivo. A gerente Amara Martins Ramos se comprometeu em verificar a ocorrência e os motivos da redução no número mínimo do Parque de GLP.

O Sindicato também

colocou em pauta o transporte. Há uma insatisfação sobre os tempos de percurso. O próprio Sindipetro-RS recebeu denúncias de sobrecarga na jornada dos trabalhadores que fazem o serviço de táxi (serviço terceirizado). A gerência de Recursos Humanos da Refap também se comprometeu em verificar a atual situação do serviço de táxi, além de garantir que já houve uma reunião com a infraestrutura, discutindo o tema do transporte e readequação das linhas de ônibus.

Rnest

Durante a reunião, Nagao deu garantias que os trabalhadores da Rnest, que já assumiram as áreas operacionais da REFAP, terão acesso aos mesmos direitos. Como consequência, está garantindo, assim, o acesso dos trabalhadores ao programa de condicionamento físico da REFAP. Está previsto para o dia 24 de fevereiro, a presença do RH da Rnest na REFAP, quando será oportunizado uma reunião entre o RH da Rnest e o Sindipetro-RS.

